A BURGUESIA INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO SUBNACIONAL NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS POSICIONAMENTOS DA FIERGS EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO ESTADUAL DURANTE O GOVERNO DE YEDA CRUSIUS (2007-2010)

Marco André Cadoná[1]

Este artigo toma como referência empírica as mobilizações políticas da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), visando defender interesses de classe da indústria gaúcha nas discussões em torno do salário mínimo estadual durante o governo estadual de Yeda Crusius (2007-2010), para analisar duas questões importantes e relacionadas à atuação classista da burguesia industrial no Brasil: por um lado, a capacidade política que as entidades de representação da burguesia industrial no Brasil têm demonstrado para aglutinar o segmento enquanto força social e coletivamente organizada; por outro lado, sua participação política na definição de agendas subnacionais de desenvolvimento.

Palavras-chave: burguesia industrial; Fiergs; ação classista; salário mínimo estadual; desenvolvimento subnacional.

INDUSTRIAL BOURGEOISIE AND SUBNATIONAL DEVELOPMENT IN RIO GRANDE DO SUL: AN ANALYSIS FROM FIERGS OF POSITIONS IN RELATION TO THE MINIMUM STATE SALARY DURING THE GOVERNMENT OF YEDA CRUSIUS (2007-2010)

This article takes as empirical reference the political mobilization of the Federation of Rio Grande do Sul State Industries (Fiergs), aiming to defend class interests of the state in industry discussions around the state minimum wage for the state government of Yeda Crusius (2007-2010) to analyze two important issues related to class-action and the industrial bourgeoisie in Brazil: on the one hand, the political ability of the industrial bourgeoisie represented entities in Brazil have shown to bind the segment as a social force and collectively organized; on the other hand, their political participation in defining sub-national development agendas.

Keywords: industrial bourgeoisie; Fiergs; class action; minimum wage state; subnational development.

1. Doutor em sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor e pesquisador na Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

BURGUESÍA INDUSTRIAL Y EL DESARROLLO SUBNACIONAL EN RIO GRANDE DO SUL: UN ANÁLISIS DE LAS POSICIONES DEL FIERGS EN RELACIÓN CON EL SALARIO MÍNIMO PROVINCIAL DURANTE EL GOBIERNO DE YEDA CRUSIUS (2007-2010)

En este artículo se toma como referencia empírica la movilización política de la Federación de Industrias del Rio Grande do Sul (Fiergs), con el objetivo de defender los intereses de clase de la industria gaucha en los debates sobre el salario mínimo estatal durante el gobierno estatal del Yeda Crusius (2007-2010), para analizar dos cuestiones importantes y relacionadas con la acción de clase de la burguesía industrial en Brasil: por un lado, la capacidad política que las entidades de representación burguesía industrial en Brasil han demostrado para unir el segmento como fuerza social, colectiva y organizada; por otro lado, su participación política en la definición de las agendas sub-nacionales de desarrollo.

Palabras clave: burguesía industrial; Fiergs; la acción de clase; el sueldo mínimo estado; el desarrollo subnacional.

BOURGEOISIE INDUSTRIELLE ET LE DEVELOPPEMENT INFRANATIONAL A RIO GRANDE DO SUL: UNE ANALYSE DE FIERGS DE POSITIONS PAR RAPPORT AU SALAIRE MINIMUM DE L'ÉTAT PENDANT LE GOUVERNEMENT DE YEDA CRUSIUS (2007-2010)

Cet article prend comme référence empirique la mobilisation politique de la Fédération de Rio Grande do Sul Industrie État (Fiergs), dans le but de défendre les intérêts de classe de l'industrie de l'État dans les discussions sur l'état de salaire minimum pour le gouvernement de l'État Yeda Crusius (2007-2010) d'analyser deux questions importantes et de classe-action connexe de la bourgeoisie industrielle au Brésil: d'une part, la capacité politique de la bourgeoisie industrielle entités de représentation au Brésil ont montré pour lier le segment en tant que force sociale et organisée collectivement; d'autre part, leur participation politique dans la définition des programmes de développement infranational.

Mots-clés: industrial bourgeoisie; Fiergs; l'action classiste; salaire minimum etat; le développement infranational.

JEL: R58.

1 INTRODUÇÃO

A Fiergs é contrária à instituição do salário mínimo estadual. Este ponto de vista é sustentado pelos aspectos estruturais da economia, que não permitem um ambiente competitivo e saudável para as empresas. O primeiro impacto direto da manutenção da prática do salário mínimo estadual é a diminuição da competitividade dos empreendimentos gaúchos em relação àqueles localizados em outros estados do Brasil (Fiergs, 2007).

O registro do posicionamento das lideranças da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) em relação ao salário mínimo estadual, expresso por meio do editorial do semanário da entidade, *Semana*, é ilustrativo de duas questões que se pretende analisar neste artigo: a capacidade de a burguesia

industrial no Rio Grande do Sul atuar como força social e coletivamente organizada e o comprometimento dessa fração da burguesia gaúcha na definição de um projeto subnacional de desenvolvimento.

Em relação à primeira questão, é importante destacar que, na bibliografia que analisa a atuação política dessa fração da burguesia no Brasil a partir da década de 1980, esse é um ponto de discordância. Para alguns pesquisadores, já a partir daquela década a burguesia industrial demonstrou grande capacidade em atuar como força social e coletivamente organizada, liderada por entidades de representação que demonstraram habilidade política para viabilizar uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (Dreifuss, 1986; Mancuso e Oliveira, 2006; Cadoná, 2009); para outros pesquisadores, no entanto, a atuação política da burguesia industrial a partir daquela década tem se caracterizado pela fragmentação excessiva que, agravada pela inexistência de associações empresariais de maior abrangência e capazes de organizar a ação coletiva, inviabiliza uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (Dinize Boschi, 2004; Diniz e Pereira, 2014).

Nesse sentido, a análise apresentada neste artigo, das mobilizações da burguesia industrial no Rio Grande do Sul contra o salário mínimo estadual, serve de pano de fundo para uma reflexão acerca da capacidade que algumas instituições tradicionais de representação dos interesses da indústria no Brasil demonstram ter ao se colocarem como elite orgânica da burguesia industrial, constituindo-se como agentes coletivos com capacidade de visualizar objetivos globais (e capazes de aglutinar os interesses dos diferentes setores e segmentos que compõem a estrutura industrial no país) e de "operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas" (Dreifuss, 1986, p. 23).

Em relação à segunda questão, é importante destacar que a preocupação com a questão subnacional (o desenvolvimento do Rio Grande do Sul no contexto de desenvolvimento do capitalismo tanto em nível nacional quanto em nível global) está presente no comportamento político da burguesia industrial no Rio Grande do Sul pelo menos desde a década de 1950. A partir daquela década, aliás, em uma perspectiva de descentralização da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, diferentes burguesias estaduais instrumentalizaram seus governos subnacionais visando criar condições mais favoráveis de integração de seus respectivos territórios naquela dinâmica de desenvolvimento (Diniz, 2007; Cadoná, 2009).

No Rio Grande do Sul, durante a década de 1970, a instalação de um polo petroquímico (Polo Petroquímico de Triunfo) colocou-se naquele contexto de pressão da burguesia gaúcha para uma maior participação nos investimentos do governo militar e para um posicionamento mais favorável do estado gaúcho na dinâmica do capitalismo nacional. Durante a década de 1980, a preocupação com o desenvolvimento estadual também esteve presente nas mobilizações da burguesia industrial

no Rio Grande do Sul; no final daquela década, inclusive, aquela preocupação levou a Fiergs à elaboração de um documento (que ficou conhecido como Relatório Sayad), por meio do qual fez um diagnóstico do setor público estadual, recomendando sua reestruturação (o documento propunha, por exemplo, a transferência da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações (CRT) para o sistema Telebras e a redução na folha de pagamento do funcionalismo público, uma reforma administrativa capaz de reduzir os gastos públicos) como forma de aumentar sua capacidade de investimento e de apoiar a iniciativa privada situada no território gaúcho (Cadoná, 2009; Gros, 1987).

É preciso notar, porém, que a partir da década de 1990 a preocupação com a questão subnacional ganhou novos significados no Rio Grande do Sul. Em primeiro lugar, tornou-se uma preocupação situada em um novo contexto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro; a partir de então, a abertura da economia, a reestruturação neoliberal do estado, a política de atração de capital internacional, a relação do Estado nacional com o desenvolvimento regional no país e a guerra fiscal promovida por diferentes governos estaduais colocaram-se como acontecimentos de grande significado histórico, que ressaltaram a importância de uma intervenção mais ativa na esfera subnacional. Mas, além disso, o contexto político sul-rio-grandense, principalmente a partir de 1994, passou a ter um componente novo: desde então, uma polarização política entre projetos de governo defendidos por um conjunto de forças sociais e políticas – lideradas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – que, desde a década de 1980, vinha confrontando-se diretamente com os interesses da burguesia no país e projetos de governo defendidos por forças sociais e políticas mais alinhadas aos interesses de classe da burguesia industrial e que, especialmente a partir da década de 2000, colocou-se como uma alternativa anti-PT no Rio Grande do Sul, não somente dominou as disputas políticas sul-rio-grandenses, como também revezou-se no exercício do governo estadual.[2]

2 A QUESTÃO SUBNACIONAL NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Um fenômeno notável e observado no contexto da execução do projeto neoliberal no Brasil (durante a década de 1990) foi o acirramento do caráter competitivo das políticas subnacionais de desenvolvimento no país.

2. Para ilustrar, é importante registrar que, no Rio Grande do Sul, em 1994, disputaram o segundo turno das eleições estaduais os candidatos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Antônio Brito – e do Partido dos Trabalhadores (PT) – Olívio Dutra –, saindo vencedor o candidato do PMDB; em 1998, disputaram o segundo turno das eleições estaduais os candidatos Antônio Brito (PMDB) e Olívio Dutra (PT), saindo vencedor o candidato do PT; em 2002, disputaram o segundo turno das eleições estaduais os candidatos Tarso Genro (PT) e Germano Rigotto (PMDB), saindo vencedor o candidato do PMDB; em 2006, disputaram o segundo turno das eleições estaduais os candidatos Olívio Dutra (PT) e Yeda Crusius, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), saindo vencedora a candidata do PSDB; em 2010, o candidato do PT, Tarso Genro, ganhou as eleições ainda no primeiro turno daquelas eleições; por fim, em 2014, disputaram o segundo turnos das eleições estaduais os candidatos Tarso Genro (PT) e José Ivo Sartori (PMDB), saindo vencedor o candidato do PMDB.

Utilizando-se de subsídios e de renúncias fiscais, os principais governos subnacionais travaram uma verdadeira guerra fiscal, visando manter os investimentos já localizados em seus respectivos territórios, mas, principalmente, atrair os investimentos diretos que as empresas multinacionais, em um quadro de mundialização do capital e de políticas nacionais de atração ao capital estrangeiro, realizaram no país. A disputa pelos investimentos da indústria automobilística, neste sentido, foi emblemática.

Foi no setor automobilístico que, durante os anos 1990, os investimentos na indústria brasileira foram concentrados. A partir de 1994, com o lançamento do Plano Real, o governo brasileiro aprofundou a abertura da economia nacional e, ao mesmo tempo, privilegiou alguns setores da economia, entre os quais a indústria automobilística. Assim, ainda em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) criou o Novo Regime Automotivo, com o qual pretendeu atrair novas empresas, manter em funcionamento grandes empresas do setor já instaladas no país, contribuir para uma reestruturação das empresas automobilísticas e reforçar a posição do Brasil no Mercado Comum do Sul (Mercosul) (Arbix, 2000, p. 47). Supunha-se que, mais do que contribuir para o crescimento econômico e para a criação de novos empregos, a instalação de novas fábricas da indústria automobilística teria um importante papel na atração de novos investimentos e de novas tecnologias, o que seria significativo para que os concorrentes nacionais pudessem se modernizar.

Como resultado, dezesseis grandes empresas automobilísticas instalaram-se no Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, ao contrário da década de 1950, quando seus investimentos ficaram concentrados especialmente no estado de São Paulo, na década de 1990 as empresas automobilísticas promoveram uma relativa descentralização geográfica. Uma razão importante para isso foi, sem dúvida, "a guerra fiscal e de oferta deflagrada entre estados e municípios à procura de IDE (investimentos diretos estrangeiros)" (Arbix, 2000, p. 52). Argumentando principalmente que os investimentos da indústria automobilística tinham um potencial muito grande para a dinamização das economias regionais (transferência de tecnologias, integração de setores econômicos pertencentes à cadeia produtiva da indústria automobilística etc.), além da promoção de empregos, os governos subnacionais que entraram na disputa (especialmente dos estados do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia e do Rio Grande do Sul) comprometeram-se com planos de incentivos que envolviam não somente investimentos em infraestrutura e isenções fiscais, mas também financiamentos em dinheiro para que as empresas implantassem suas unidades de produção em seus respectivos territórios (*Ibid*.).

É importante destacar, portanto, que a reestruturação do capitalismo ocorrida nas últimas décadas do século XX, ao mesmo tempo em que criou as condições

históricas para que o capital pudesse adotar uma conduta global, impulsionou uma crescente transnacionalização dos espaços econômicos, o que significa dizer que os espaços econômicos (uma cidade, uma região, uma subnação ou mesmo uma nação) ganharam importância enquanto possibilidades alternativas de valorização para o capital (Becker, 2002, p. 72).

Isso não significa afirmar, evidentemente, que as regiões foram integradas à economia mundial, criando-se possibilidades para que forças sociais e políticas regionalmente localizadas possam, por meio da valorização dos recursos materiais e humanos existentes em seus respectivos territórios, autopromover o desenvolvimento regional. A mundialização do capital, ocorrida a partir das últimas décadas do século XX, não está comprometida com a integração de espaços econômicos, como muitas vezes a acepção globalização da economia parece indicar. A mundialização do capital tem se mostrado altamente seletiva e excludente, colocando-se como expressão do fortalecimento do poder de dominação do capital em escala mundial, o que lhe atribui possibilidades de escolher, com elevado grau de liberdade, quais países e regiões são de seu interesse, podendo, inclusive, promover desconexões forçadas, ou seja, retirar do circuito dos investimentos mundiais não somente determinados países, mas também áreas continentais inteiras (Chesnais, 1996, p. 18).

Nesse sentido, a valorização da dimensão regional no contexto da mundialização do capital tem, também, uma funcionalidade política e ideológica para o capital. Os governos, tanto nacionais quanto subnacionais, recebem pressões dos dois lados: por um lado, o grande capital mundializado coloca como condição para a realização de investimentos a maior liberdade econômica possível, cobrando condições especiais para a sua valorização; por outro lado, o capital regionalmente localizado pressiona o Estado para que promova mudanças estruturais e desenvolva políticas de incentivo à economia regional, tornando esta mais competitiva no mercado globalizado (Basso, 1996, p. 58).

Não se pode esquecer, ainda, que o grau de mobilidade alcançado pelo capital transformou-se em um importante mecanismo político e ideológico de luta contra os trabalhadores. O domínio ampliado do espaço de que dispõe o capital transformou-se em um dos meios de redefinição das relações entre capital e trabalho. Claro que, historicamente, a mobilidade geográfica e a descentralização da produção foram utilizadas pelo capital "contra um poder sindical que se concentrava tradicionalmente nas fábricas de produção em massa" (Harvey, 1993, p. 263). No entanto, com o processo de mundialização do capital ocorrido a partir das últimas décadas do século XX, essas possibilidades foram significativamente ampliadas, pois a fuga de capitais, os investimentos produtivos em determinadas regiões caracterizadas pela fraca ou nula organização

política dos trabalhadores e a desindustrialização de regiões com tradição de lutas e de conquistas sociais e políticas pela classe trabalhadora, em um contexto em que diferentes governos (tanto nacionais quanto subnacionais) passaram a promover disputas pelos investimentos mundiais existentes (produtivos e financeiros), transformaram-se em estratégias utilizadas principalmente pelo grande capital.

Note-se, porém, que no contexto de mundialização do capital, quando principalmente os grandes grupos econômicos adquirem condições históricas favoráveis para submeterem os espaços regionais à lógica de valorização de seus investimentos, *os espaços regionais não ficam totalmente passivos*. Se a mundialização do capital atenta para as condições favoráveis que o regional pode lhe oferecer – "se os capitalistas se tornam cada vez mais sensíveis às qualidades espacialmente diferenciadas de que se compõe a geografia do mundo" (Harvey, 1993, p. 266) –, os espaços regionais, também e muitas vezes, transformam-se em espaços de lutas nos quais grupos, instituições sociais e políticas, classes sociais e governos procuram articular-se para que condições mais adequadas de (diferentes formas de) *inserção* ou *de resistência* ao processo de mundialização do capital possam ser criadas.

> São atores locais, regionais e internacionais, empresários, governos, entidades internacionais, sindicatos, consumidores, entidades não governamentais etc., todos eles inseridos em complexas redes de conflito, competição e cooperação. Muitas dessas redes parecem estar baseadas em espaços territorialmente circunscritos no âmbito subnacional (...) cuja lógica de ação pode estar referida tanto ao plano nacional, como ao plano supranacional, e, desse modo, remontando-se a grandes regiões ou mesmo tendo os circuitos da economia global mais ampla como sua referência. Na imensa maioria desses casos, os esforços de coordenação (...) geralmente desafiam fronteiras e limites político-administrativos, articulando novos e antigos atores ao redor de disputas estratégicas que constituem novas territorialidades (Guimarães e Martin, 2001, p. 16).

Evidentemente, essas redes de articulação política compreendem diferentes visões e diferentes estratégias de *inserção* ou de *resistência* dos espaços regionais no contexto da mundialização do capital, inclusive vinculadas às classes populares e de trabalhadores.

Algumas forças sociais e políticas regionalmente localizadas podem defender que o espaço regional deva ser articulado, dentro de uma dinâmica política democrática e horizontalizada e em torno de interesses regionais de reprodução da vida, em uma perspectiva de "construção de uma inserção diferenciada e alternativa no processo global de desenvolvimento contemporâneo" (Becker, 2002, p. 144). Dessas articulações políticas e sociais resultam experiências históricas que, em diferentes partes do mundo, mobilizam-se visando resistir à exclusão social, à precarização do trabalho, ao declínio das políticas públicas, à destruição ambiental e da biodiversidade, ao desemprego e à subordinação do desenvolvimento aos

interesses do capital mundializado (Santos, 2002). Estas experiências históricas, analisadas a partir de uma perspectiva que Boaventura de Sousa Santos chama de hermenêutica das emergências, não apenas resistem à hegemonia neoliberal, como também protagonizam processos sociais com pretensão de afirmar modelos de desenvolvimento econômico e social contrapostos ao modelo neoliberal (Santos, 2002).

Entretanto, dentro de uma lógica de inserção (ou adaptação) ao processo de mundialização do capital, o espaço regional pode ser articulado de forma especializada, setorializada, por meio da ação conjunta de governos, instituições universitárias e de pesquisa, empresas, entidades empresariais e mesmo instituições vinculadas direta ou indiretamente a setores populares e de trabalhadores, e como resposta estratégica (de um município, de uma região, de uma subnação) diante do ambiente competitivo e seletivo decorrente da mundialização do capital. Essas respostas estratégicas muitas vezes expressam interesses econômicos, sociais e políticos autoafirmados, definidos a partir das possibilidades e dos desafios colocados pela mundialização do capital e visualizados pelos agentes econômicos e políticos regionalmente localizados, mas também expressam processos de articulação verticalizada e hierarquizada entre forças sociais, econômicas e políticas regionalmente localizadas e os "interesses econômico-corporativos transnacionalizados da reprodução do capital" (Becker, 1998, p. 19). De qualquer maneira, constituem ações coletivas expressivas de articulações em redes políticas e associativas, cujos sujeitos coletivos entendem que é necessário ter um projeto de desenvolvimento regional que, ao mesmo tempo, adapte a condição histórica regional aos padrões de competitividade impostos pela mundialização do capital e insira o espaço regional nas redes transnacionais de investimentos.

Porém, é importante enfatizar que muitas estratégias regionalmente localizadas *constituem-se a partir de uma visão de inteira submissão ao processo de mundialização do capital*, decorrente da crença de que todo aumento no fluxo de transações e de informações dos países em desenvolvimento com as redes internacionais do capital mundializado (principalmente do setor produtivo) impulsiona processos de reestruturação produtiva e de aumento da competitividade, que resultam em maior eficiência do parque produtivo local, com elevação generalizada dos índices de produtividade do trabalho (Arbix, 2001, p. 271). Nessa perspectiva, as comunidades regionais:

> não veem outra alternativa a não ser aceitar a lógica do desenvolvimento contemporâneo. Por isso, reagem sendo submissos à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades que são oferecidas. É a tal da dependência submissa. Nessa forma de reação, a única possibilidade de se desenvolver uma determinada região é servir aos interesses dos conglomerados transnacionalizados, concedendo-lhes todas as facilidades. Em alguns casos, doando fábricas inteiras. É a velha e atrasada fórmula de se fazer o desenvolvimento,

> concentrando investimentos e renda e, assim, gerando todo o tipo de desequilíbrios regionais e desigualdades sociais (Becker, 2002, p. 133).

Essa concepção de desenvolvimento regional, em muitas regiões do mundo, como é o caso brasileiro, tornou-se muito evidente a partir da década de 1990, com a crise do Estado desenvolvimentista e as experiências de governos neoliberais que se seguiram e que comprometeram ainda mais a capacidade estruturante do Estado nacional. Ressalte-se, nesse sentido, que a partir da década de 1990 (e, em especial durante aquela década), os governos brasileiros passaram a dar maior importância às forças do mercado, por meio de políticas de abertura comercial e de desregulamentação econômica, ao mesmo tempo em que se observa uma tendência de afirmação de políticas de reestruturação do Estado, por intermédio de concessões de serviços públicos à iniciativa privada e privatizações de empresas estatais, reformas administrativas objetivando reduzir o tamanho da máquina estatal e maior controle dos gastos públicos visando diminuir o *deficit* público.

Assim, na medida em que o Estado nacional redefine suas funções, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento das regiões que compõem o seu território, as esferas estaduais e municipais são mais responsabilizadas pelos problemas sociais e econômicos existentes, e mesmo pelo desenvolvimento de seus respectivos territórios.

Não se deve esquecer, ainda, que mesmo organismos internacionais importantes no processo de mundialização do capital, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – a partir dos anos 1990 –, passaram a apoiar e a incentivar uma maior atribuição de funções às esferas subnacionais. Nessa direção, desde a década de 1990, argumentando que o fracasso de políticas de desenvolvimento está ligado à falta de participação dos segmentos da comunidade (setores que são direta ou indiretamente afetados por programas ou projetos de desenvolvimento), essas instituições internacionais recomendam (a apoiam ações nessa direção) que a iniciativa privada, a sociedade civil e o Estado, especialmente nas suas esferas locais, regionais e subnacionais, coloquem-se como parceiros ativos na formulação e na execução de projetos de desenvolvimento(Bandeira, 2002).

Em um quadro histórico de comprometimento do Estado nacional no que diz respeito à definição de políticas de desenvolvimento e de integração econômicas das diferentes regiões do país, e em um contexto de crescente abertura econômica e de inserção no processo de mundialização do capital, os governos subnacionais são pressionados pelas burguesias de seus respectivos territórios para a definição de estratégias competitivas de inserção econômica, visando criar condições mais favoráveis tanto para o capital já localizado em seus territórios quanto para o capital internacionalizado, que acena com investimentos nos territórios locais, regionais e subnacionais.

E, assim, os espaços subnacionais ganham importância enquanto espaços de lutas, em especial para as forças representativas do capital (regional, subnacional, nacional e internacional), muitas vezes em confronto com forças sociais e políticas antagônicas à inserção subordinada dos espaços subnacionais à lógica da mundialização do capital. A política, neste sentido, torna-se uma dimensão fundamental de mediação entre a esfera subnacional e a mundialização do capital. E, neste sentido, ainda que a mundialização do capital coloque-se como uma complexa rede de determinações, a dinâmica de ação/reação dos espaços regionais em relação a estas determinações passa a ser impressa, de forma significativa, a partir da capacidade política das classes sociais com interesses localizados nos espaços subnacionais.

3 AS MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS DA FIERGS CONTRA O SALÁRIO MÍNIMO ESTADUAL DURANTE O GOVERNO DE YEDA CRUSIUS

O salário mínimo foi criado no Brasil ainda no final da década de 1930 (por intermédio da Lei nº 185/1936 e do Decreto-Lei nº 399/1938), tendo seus primeiros valores fixados pelo Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940 e, já naquela época, fixado em quatorze valores diferentes, de acordo com uma divisão territorial do país em regiões e sub-regiões (Kümmel, [s.d.]). Portanto, somente em maio de 1984, durante a vigência do governo autoritário-militar (1964-1985), o salário mínimo foi unificado nacionalmente, sendo reafirmada esta unificação pela Constituição de 1988 que, em seu Artigo 7º, definiu o salário mínimo com as seguintes características: devido a todo trabalhador; fixado em lei; nacionalmente fixado; reajustado periodicamente; vedado sua vinculação para qualquer fim (Kümmel, [s.d]).

Porém, a partir de 2000, após a edição da Lei Complementar (LC) nº 103, regulamentando o Artigo 7º da Constituição, foi criado o piso salarial estadual, permitindo que os estados da Federação passassem a instituir os valores mínimos dos salários em seus territórios, por meio de lei de iniciativa do Poder Executivo estadual. A partir de então, alguns estados instituíram o salário mínimo estadual, entre os quais o Rio Grande do Sul, cuja primeira lei foi aprovada em 2001 (Kümmel, [s.d.]).

As principais entidades representativas da burguesia no Rio Grande do Sul – Fiergs, Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul (Federasul), Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) e Federação do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS) – sempre posicionaram-se contrárias à instituição do salário mínimo estadual. E, desde sempre, o argumento defendido foi o mesmo: além de ser uma intervenção indevida do Estado nas relações de trabalho, a instituição de um salário mínimo estadual comprometeria a competitividade da economia gaúcha diante de outros estados da Federação.

Nessa direção, tomando-se como referência o período entre 2007 e 2010, no qual Yeda Crusius foi governadora do Rio Grande do Sul, ainda em 2007 a diretoria da Fiergs encaminhou correspondência à governadora, manifestando seu apoio ao fim do salário mínimo estadual. Na correspondência, as lideranças da burguesia industrial destacavam que a base salarial do trabalhador brasileiro deveria ser definida a partir do salário mínimo nacional, e que os "proventos das diversas categorias econômicas" deveriam ser analisados "nos foros legitimamente reconhecidos, ou seja, nas negociações coletivas realizadas, entre sindicatos patronais e de trabalhadores", pois, nesses foros, afirmava a correspondência, "são debatidas com profundidade e conhecimento as dificuldades ou vantagens setoriais passadas, presentes e futuras, tanto aos empregadores quanto aos empregados" (Fiergs, 2007). No mesmo período, a Fiergs encaminhou, também, correspondência a todos os deputados estaduais, na qual afirmava:

> a Fiergs é contrária à instituição do salário mínimo estadual. Este ponto de vista é sustentado pelos aspectos estruturais da economia, que não permitem um ambiente competitivo e saudável para as empresas. O primeiro impacto direto da manutenção da prática do salário mínimo estadual é a diminuição da competitividade dos empreendimentos gaúchos em relação àqueles localizados em outros estados do Brasil (Fiergs, 2007).

Essas manifestações são ilustrativas de uma prática coletiva que se observou ao longo dos quatro anos do governo Yeda Crusius: toda a vez que o Executivo estadual acenava com o envio de uma proposta de reajuste do salário mínimo estadual para a Assembleia Legislativa, a Fiergs iniciava uma mobilização visando interferir tanto nas decisões do Executivo quanto do Legislativo. Mesmo em momentos em que a economia gaúcha apresentou um maior crescimento naquele período, como ocorreu em 2008, a entidade firmou posição contrária ao salário mínimo estadual, não concordando com os índices de reajuste propostos pelo Executivo estadual.

Nessa direção, em 2008, durante o período de discussão da matéria na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, as lideranças da burguesia industrial insistiram sobre a inadequação da instituição do salário estadual no estado gaúcho, não raras vezes situando a discussão dentro do debate maior acerca das relações trabalhistas no país.

> Os avanços nas relações do trabalho no Brasil vêm sendo fustigados por propostas que tumultuam e atrasam essa trajetória evolutiva. As pressões atuais incluem: a adesão à Convenção 158 da OIT que extingue as dispensas imotivadas; a redução da jornada de trabalhou, defendida pelas Centrais Sindicais; a intenção de estatizar a assistência aos trabalhadores prestada pelo "Sistema S"; e no plano estadual a reedição do salário mínimo estadual.
>
> Intenções desse tipo sempre surgem sob o duvidoso objetivo de proteger os trabalhadores. Na prática, atrasam uma verdadeira reforma trabalhista.

> E geralmente terminam em mais custos para os empregadores, desestimulando a abertura de empresas, de vagas, e pressionando para baixo os salários diretos pagos aos empregados.
>
> Portanto, precisamos imediatamente de um choque de realismo nas relações de trabalho no Brasil, a fim de desenhar o caminho de longo prazo para a evolução social dos colaboradores em plena harmonia com o estímulo aos empreendedores e ao empreendedorismo (Tigre, 2008).

Na mesma direção, em 2009, a partir de maio, as lideranças da burguesia industrial manifestaram-se insistentemente contra a reedição do salário mínimo estadual. Naquele mês, por exemplo, a própria Fiergs encaminhou um posicionamento aos deputados estaduais "alertando para a responsabilidade do voto de cada parlamentar ao apreciar o projeto do piso salarial regional, encaminhado pelo Executivo à Assembleia Legislativa" (Fiergs, 2009a) e que previa um reajuste tomando como referência o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Na ocasião, o industrial César Rangel Codorniz, coordenador do Conselho de Relações de Trabalho e Previdência Social da Fiergs, afirmou:

> a questão que ponderamos nos deputados é o dilema de preservar os empregos para os gaúchos ou de aumentar o piso correndo o risco de demissões e de perda de competição dos produtos aqui fabricados (Fiergs, 2009a).

No mesmo mês, o próprio presidente da Fiergs utilizou-se do editorial do semanário da entidade (*Semana*) para manifestar-se em relação ao tema:

> O piso regional, que tramita na Assembleia Legislativa, tem várias incoerências. Uma delas é o fato de que apenas quatro estados adotam essa medida no país: Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e, logicamente, o Rio Grande do Sul (...). Outra incoerência: o piso regional não vale para os funcionários públicos (...). A indústria brasileira já fechou 499 mil postos de trabalho desde setembro de 2008. Isto nos coloca diante de uma questão de muito significado neste momento crítico, qual a opção correta, votar pelo aumento salarial ou priorizar a manutenção dos empregos? (Tigre, 2009c).

Em junho de 2009, as manifestações das lideranças da burguesia industrial objetivaram-se em uma mobilização política, reunindo dirigentes da Fiergs com dirigentes de outras entidades representativas da burguesia no Rio Grande do Sul. Naquele mês, por exemplo, o presidente da Fiergs liderou uma comitiva que foi até a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para pressionar os deputados, justamente na semana em que a proposta do Executivo sobre o salário mínimo estadual seria votada. A proposta da governadora foi aprovada, em que pese as pressões contrárias da burguesia, e o presidente da Fiergs lamentou:

> isso significa menos investimentos e oportunidades de empregos. É momento de realidade, pé no chão, de trabalho, de soluções inovadoras e de priorizar o nível de empregabilidade, é isto que interessa para toda a sociedade (Fiergs, 2009b).

Para fins de um maior detalhamento da articulação coletiva da burguesia industrial em torno da temática salário mínimo estadual durante o período analisado, cabe ater-se à movimentação política que ocorreu no Rio Grande do Sul em 2010, desde a data em que o Legislativo estadual iniciou as discussões sobre o salário mínimo regional, no dia 18 de maio, até a aprovação daquela proposta pela Assembleia Legislativa, que ocorreu no dia 23 de junho do mesmo ano.

Em 2010, desde que a governadora Yeda Crusius encaminhou a proposta para a Assembleia, prevendo um reajuste de 6,90% no salário mínimo estadual, diferentes propostas de reajustes colocaram representantes dos trabalhadores e dos empresários em posições diferentes no debate. Enquanto os trabalhadores, por meio das centrais sindicais, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT), defendiam um reajuste de 14,00%, as principais entidades representativas dos interesses da burguesia no Rio Grande do Sul (entre as quais a Fiergs) defendiam um reajuste de 3,54% (Reajuste..., 2010).

Tanto os trabalhadores quanto os empresários iniciaram, então, uma mobilização, em especial junto aos deputados estaduais que, afinal, decidiriam pela aceitação da proposta do Executivo estadual ou, então, em favor da apresentação de uma emenda ao projeto do Executivo, propondo outro índice de reajuste.

No caso dos trabalhadores, ainda no começo de junho foi criada uma Frente Parlamentar em Defesa do Salário Mínimo Estadual. Formada por deputados de oposição ao governo Yeda Crusius, a frente foi liderada pelo deputado do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Heitor Schuch, que também foi o autor de uma emenda ao projeto do Executivo estadual, que propôs um reajuste de 9,68%, em substituição aos 6,90% propostos inicialmente pelo governo Yeda (Piso..., 2010). Observe-se, nesse sentido, que ainda no começo de junho as entidades representantes dos trabalhadores aceitaram uma diminuição do reajuste inicialmente defendido (14,00%), aderindo à proposta de reajuste da Frente Parlamentar integrada pelos deputados de oposição na Assembleia Legislativa. As centrais sindicais persistiram em suas mobilizações e, inclusive, ocuparam as galerias da Assembleia, no dia da votação do projeto, visando garantir a aprovação do reajuste de 9,68% ao salário mínimo estadual: "vamos estar mobilizados no Parlamento para não permitir a queda do piso regional", afirmou o então presidente da CUT no Rio Grande do Sul, Celso Woyciechowski, em um dia anterior à votação (Deputados estaduais..., 2010).

No caso das entidades representativas dos interesses da burguesia, não há registro, no período de formação, de uma frente parlamentar na Assembleia Legislativa vinculada aos seus interesses. Mas há registro, no entanto, que também a burguesia cedeu em sua proposta inicial e ainda no início do mês de junho passou a aceitar o índice de reajuste proposto pelo Executivo estadual, ou seja, os 6,9%

(Deputados estaduais..., 2010). A mobilização da burguesia na Assembleia Legislativa, porém, teve início ainda antes do envio, pela governadora Yeda, da proposta de reajuste ao Legislativo. No final de abril, neste sentido, representantes da Fecomércio, da Federasul, da Farsul, da Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul (FCDL-RS) e da Fiergs, acompanhados por consultores econômicos das entidades, estiveram na Assembleia Legislativa, onde encontraram-se com o então presidente da Assembleia, deputado Giovani Cherini – Partido Democrático Trabalhista (PDT) –, para apresentarem seus argumentos contrários ao salário mínimo estadual (Fiergs, 2010a).

No caso da Fiergs, suas manifestações no período enfatizavam a importância de se manter um ambiente competitivo para a economia gaúcha. Por meio dos editoriais do semanário *Semana*, por exemplo, o presidente da entidade deixava claras as posições contrárias a regras e leis que pudessem majorar os custos do trabalho.

> Neste mês de maio há uma concentração de dissídios coletivos para os sindicatos da indústria. A Fiergs, através de seu Conselho de Relações de Trabalho, tem promovido a interlocução constante visando mostrar a realidade da economia do Rio Grande do Sul, recém saindo da crise internacional.
>
> Precisamos preservar a competitividade dos produtos aqui fabricados, juntamente com a geração de empregos. O que atrapalha a evolução nesse rumo são as solicitações exorbitantes que configuram uma antiquada inclinação ao "paternalismo laboral".
>
> Esse é um dos pontos decisivos, pois a relação entre o grau de proteção ao emprego e a produtividade, a partir dos dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que quanto maior essa proteção, menor é a produtividade de um país (Tigre, 2010b).

Quando, no dia 18 de maio de 2010, a governadora Yeda Crusius enviou a proposta de reajuste do salário mínimo estadual para a Assembleia Legislativa, novamente o presidente da Fiergs registrou, por meio do editorial da *Semana*:

> o regionalismo salarial do Rio Grande do Sul, que insiste em um "piso mínimo" ao contrário da maioria dos estados brasileiros, compromete a competitividade da nossa economia. Além disso, se constitui em um paradoxo ao buscar abranger as categorias organizadas, ou seja, aquelas que já negociam seus acordos coletivos através dos sindicatos de empregadores e de empregados.
>
> (...)
>
> Temos a expectativa de que a Assembleia Legislativa – onde tramita a proposta do Executivo – analise a matéria com isenção e bom senso (Tigre, 2010b).

A mobilização da Fiergs, juntamente a outras entidades representativas da burguesia no Rio Grande do Sul, teve continuidade durante o mês de junho e, em todas as ocasiões em que suas lideranças estabeleciam contatos com os parlamentares, insistiam no equívoco da proposta que previa reajuste no salário mínimo estadual:

"já foi um erro o governo estadual enviar esta proposta de aumento. Somos contra o instituto do piso regional, e a proposta está acima do INPC dos últimos 12 meses, que é de 5,2%" (Fiergs, 2010b).

Em especial a partir do mês de julho, quando a data de votação da proposta de reajuste aproximava-se, as discussões na Assembleia sobre o tema passaram a ser mais intensamente acompanhadas pelas entidades representativas dos interesses, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários gaúchos. E, evidentemente, nessas ocasiões os antagonismos de interesses ficavam evidenciados, não sendo raras as provocações e as tentativas recíprocas de desqualificação política.

> Aqui no estado a CUT defende um reajuste de 14% para o salário mínimo estadual e, em nível nacional, negocia acordo com o governo concedendo o reajuste de 6,14% para os aposentados que recebem acima de um salário mínio (Alberto Matte, presidente do Sindicato das Indústrias da Marcenaria do Rio Grande do Sul, criticando o que considerava "contradição da CUT".
>
> (...)
>
> Alguns deputados pensarão na reeleição, outros pensarão na coisa certa (vice-presidente da Fecomércio-RS, Renato Turk Faria).
>
> (...)
>
> Eles financiam as eleições, ninguém vai querer se indispor. Quem é que briga com o pai às vésperas de receber a mesada? (Dirigente sindical, representando os trabalhadores na discussão sobre o salário mínimo estadual) (Deputados reajustam…, 2010, p. 24).

Enfim, após dois meses de negociações envolvendo representações de trabalhadores e de empresários, a Assembleia Legislativa aprovou, no dia 23 de junho de 2010, por 23 votos contra dezessete, um reajuste de 6,9% para o salário mínimo estadual, o mesmo índice proposto pelo Executivo estadual, em 18 de maio. Após a aprovação do reajuste de 6,9%, tal como, inclusive, as entidades representativas da burguesia passaram a defender no período que antecedeu a decisão da Assembleia, o presidente da Fiergs manifestou-se sobre a aprovação em editorial do *Semana*:

> Mais uma vez a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou o reajuste do denominado salário mínimo estadual acima do INPC do período. Continuaremos, assim, com esse fator negativo a comprometer a competitividade da economia gaúcha.
>
> (...)
>
> A mobilização dos sindicatos industriais, das entidades de todo o interior do estado, das entidades setoriais e dos diretores da Fiergs e do Ciergs individualmente, foi fundamental para evitar um prejuízo ainda maior.
>
> Agora, nos preparamos para novos embates, no sentido de extinguir o piso regional (Tigre, 2010a).

A manifestação do presidente da Fiergs ilustra a contrariedade da burguesia industrial em relação à permanência do salário mínimo estadual, desde o início combatido não somente pela Fiergs, mas, também, por outras entidades representativas dos interesses da burguesia no Rio Grande Sul. Entretanto, a manifestação do presidente da Fiergs destaca a importância da mobilização política dos sindicatos industriais, das entidades de todo o interior do estado, das entidades setoriais e dos diretores da entidade, sem a qual não seria possível evitar um prejuízo ainda maior. Neste sentido, é uma manifestação expressiva de uma vitória alcançada pela burguesia no Parlamento gaúcho na discussão ocorrida em 2010 em torno do índice de reajuste do salário mínimo estadual. É verdade, como foi destacado anteriormente, que, no início das discussões, as diferentes entidades representativas da burguesia gaúcha defendiam um índice menor do que aquele que foi finalmente aprovado, mas logo perceberam que o índice encaminhado pela governadora Yeda, se aprovado, evitaria prejuízo ainda maior, em face das demandas e das mobilizações das entidades representativas dos trabalhadores no estado. Foi a partir dessa percepção que as lideranças da burguesia mobilizaram-se e pressionaram os deputados estaduais, alcançando, na votação final, uma maioria de 23 votos.

Os embates políticos travados pela burguesia industrial, em 2010, visando definir um índice de reajuste para o salário mínimo estadual são ilustrativos de diferentes questões vinculadas ao seu processo de formação de classe. Em primeiro lugar, expressam seus posicionamentos políticos à época em relação às questões trabalhistas, desde sempre sustentados na ideia de que a modernização das relações trabalhistas no país implica, necessariamente, maior flexibilidade nas leis de proteção ao trabalho, menor intervenção pública e maior liberdade para que trabalhadores e empregadores definam essas relações. Em segundo lugar, expressam a capacidade política da burguesia industrial no sentido da promoção de uma mobilização intraclasse; como afirmou o presidente da Fiergs, na citação anterior, o prejuízo somente não foi maior porque entidades do interior, representações setoriais e diretores da entidade mobilizaram-se e conseguiram construir uma maioria favorável na Assembleia Legislativa. Em terceiro lugar, ilustra a disposição das diferentes frações da burguesia no Rio Grande do Sul no sentido de articular ações conjuntas, mantendo uma identidade política, em especial naqueles momentos de intensificação das lutas de classes. Em quarto lugar, as mobilizações da burguesia industrial são ilustrativas das práticas políticas que essa fração da burguesia no Rio Grande do Sul é capaz de articular junto às instâncias governamentais, tanto do Executivo quanto do Legislativo; as lideranças da Fiergs, ao longo das discussões sobre o salário mínimo estadual, alcançaram tanto a governadora do Estado e sua equipe de governo quanto os deputados estaduais, podendo, com essas diferentes instâncias, apresentar suas propostas, pressionar em favor

delas e articular ações visando aos momentos de decisão. Por fim, as mobilizações políticas contrárias ao salário mínimo estadual apontam para a direção da agenda de desenvolvimento que a burguesia industrial no Rio Grande do Sul, principalmente a partir da década de 1990, defende para o estado gaúcho: uma agenda de desenvolvimento que pressupõe uma associação subordinada do Estado subnacional à lógica de valorização do capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi indicado no início deste artigo, o registro das mobilizações políticas da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação à instituição do salário mínimo estadual permite uma análise de duas questões importantes e vinculadas à atuação política desse segmento estadual da burguesia industrial no Brasil: sua capacidade de atuação enquanto força social e coletivamente organizada e seus posicionamentos em relação ao desenvolvimento subnacional.

Quanto à primeira questão, a análise das mobilizações da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em torno de questões relacionadas à legislação trabalhista no país serve de pano de fundo para uma reflexão acerca da capacidade que algumas instituições tradicionais de representação dos interesses da indústria no Brasil – em especial as federações estaduais e a própria Confederação Nacional da Indústria – CNI) demonstram ter ao colocarem-se como elite orgânica da burguesia industrial, constituindo-se como agentes coletivos com capacidade de visualizar objetivos globais (e capazes de aglutinar os interesses dos diferentes setores e segmentos que compõem a estrutura industrial no país) e de "operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas" (Dreifuss, 1986, p. 23).

Evidentemente, a atuação política da burguesia industrial enquanto força social e coletivamente organizada não deve ser tomada como um dado. Antes, pelo contrário, sua capacidade de atuação classista precisa ser tomada como problema, como um processo a ser investigado. Uma classe não existe como uma entidade abstrata, com consciência e capacidade de atuação mecanicamente definidas a partir da posição que indivíduos e grupos ocupam no conjunto das relações sociais de produção em uma determinada sociedade. É preciso, neste sentido, desvendar as condições a partir das quais indivíduos e grupos compartilham interesses, formam uma consciência coletiva em torno destes interesses e atuam como força social e coletivamente organizada.

Contudo, as mobilizações políticas da burguesia industrial no que concerne às relações de trabalho, lideradas por suas instituições de representação sindical, permitem perceber a importância que estas instituições têm na articulação classista dessa fração da burguesia no Brasil. A Fiergs, na conjuntura analisada,

atuou como agente coletivo, espaço-tempo de atuação das elites orgânicas da burguesia industrial, visualizando objetivos estratégicos e táticos, intervindo no interior da classe, construindo hegemonias em torno de uma agenda política, regulando relações divergentes, mas, também, operacionalizando os objetivos de classe e viabilizando a inserção política e ideológica da classe, com o interesse de tornar seus projetos particulares classistas em demandas gerais, sociais, de governo e da nação.

Em relação à segunda questão, é importante destacar que já a partir da década de 1990 ficou cada vez mais claro para as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul que, diante da mundialização do capital, mas, também, da reorientação neoliberal do Estado brasileiro, havia a necessidade de uma intervenção política mais incisiva na esfera subnacional, objetivando criar condições mais favoráveis à dinâmica do capital já localizado no território estadual e, principalmente, visando atrair novos investimentos produtivos, diversificando a estrutura industrial e fomentando uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico no território gaúcho. As discussões em torno do salário mínimo estadual e, em especial, a contrariedade das lideranças da burguesia industrial em relação ao salário mínimo estadual vinculavam-se, neste sentido, ao interesse de tornar o espaço sul-rio-grandense mais competitivo tanto para o capital regionalmente localizado quanto para a atração do capital mundializado.

REFERÊNCIAS

ARBIX, G. Guerra fiscal e competição intermunicipal por novos investimentos no setor automotivo brasileiro. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 43-67, 2000.

_____. Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil. *In*: GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. (Org.). **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001. p. 267-286.

BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. *In*: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Org.). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. v. 1, p. 23-128.

BASSO, L. Neoliberalismo, empresa moderna e organização espacial. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 1, p. 57-59, jul. 1996.

BECKER, D. F. **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.

_____. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. *In*: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Org.). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. v. 1, p. 129-147.

CADONÁ, M. A. **A inserção neoliberal**: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo no Brasil durante os anos 1990. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DEPUTADOS ESTADUAIS votam hoje aumento do piso estadual. **Jornal do Comércio**, 23 jun. 2010.

DEPUTADOS REAJUSTAM o piso no estado em 6,9%. **Jornal do Comércio**, 24 jun. 2010.

DINIZ, C. C. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. *In*: SZMRECSANYI, T.; COELHO, F. S. (Org.). **Ensaios de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 81-95.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. **Empresários, interesses e mercado**: dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

DINIZ, E.; PEREIRA, L. C. B. **Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais?** [s.l.]: [s.n.], 2014. Disponível em: <http://goo.gl/dL7nxs>. Acesso em: 25 jan. 2014.

DREIFUSS, R. **A internacional capitalista**: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

FIERGS – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Fiergs manifesta apoio ao fim do salário mínimo estadual. **Semana**, ano 12, n. 25, 22 jun. 2007.

_____. Industriais se mobilizam contra a votação da jornada de trabalho. **Semana**, ano 15, n. 8, 26 fev. 2010a.

_____. Indústria gaúcha mostra a parlamentares prejuízos com redução da jornada de trabalho. **Semana**, ano 15, n. 11, 19 mar. 2010b.

GROS, D. B. **Burguesia industrial gaúcha e o Estado nacional – 1964-1978**. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.

GUIMARÃES, N. A.; MARTIN, S. (Org.). **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

KÜMMEL, M. B. Piso salarial estadual: constitucionalidade e obrigatoriedade. **Âmbito Jurídico**, [s.d.]. Disponível em: <http://goo.gl/xZicvD>. Acesso em: 28 nov. 2013.

MANCUSO, W. P.; OLIVEIRA, A. J. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 147-172, 2006.

PISO regional: Paim adere à frente parlamentar em defesa do mínimo estadual. **Jornal do Comércio**, 18-20 jun. 2010.

REAJUSTE pode ser apreciado hoje pela Assembleia. **Jornal do Comércio**, 8 jun. 2010.

SANTOS, B. de S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TIGRE, P. F. Relações trabalhosas. **Semana**, ano 13, n. 17, 25 abr. 2008.

_____. Jornada do desemprego. **Semana**, ano 14, n. 27, 10 jul. 2009a.

_____. A redução do emprego. **Semana**, ano 14, n. 32, 14 ago. 2009b.

_____. A questão da competitividade. **Semana**, ano 14, 28 ago. 2009c.

_____. Mobilização consciente. **Semana**, ano 15, n. 10, 12 mar. 2010a.

_____. Prejuízo estadual. **Semana**, ano 15, n. 25, 23 jun. 2010b.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CADONÁ, M. A. **Burguesia industrial no Rio Grande do Sul e o governo Lula**: os posicionamentos políticos da Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) em relação ao primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002 a 2006). Santa Cruz do Sul: Unisc, 2012. (Relatório de Pesquisa).

FIERGS – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Indústria e bancada federal debatem jornada de trabalho. **Semana**, ano 14, n. 32, 14 ago. 2009a.

_____. Indústria debate jornada de trabalho em Brasília. **Semana**, ano 14, n. 33, 21 ago. 2009b.

TIGRE, P. F. A reforma trabalhista. **Semana**, ano 12. n. 47, 23 nov. 2007.

Originais submetidos em junho de 2015. Aprovado em setembro de 2015. Aprovação direta, sem revisões requeridas.